

XIX ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA

CICLO ECONÔMICO E HIPÓTESE DA INSTABILIDADE FINANCEIRA DE MINSKY NA ECONOMIA BRASILEIRA DA DÉCADA DE 1970

Raphael Teles Oliveira

Claudia Regina Rosal Carvalho

2. HISTÓRIA ECONÔMICA E ECONOMIA BRASILEIRA

- **2.3. ECONOMIA BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA**

RESUMO: A década de 1970 foi um período de grandes transformações no Brasil e no mundo, os acontecimentos da época são muito importantes para entender a trajetória que a economia do país seguiu posteriormente. Este trabalho foi desenvolvido a partir da teoria de Hyman Minsky e das contribuições de outros autores como Keynes e Schumpeter e tem o objetivo de compreender como se deu o processo de instabilidade financeira no Brasil. A partir deste referencial teórico, foi feita uma análise da economia brasileira do período, verificando os antecedentes, como: o golpe militar, o PAEG, as bases do milagre econômico e o processo de instabilidade financeira, que marca a década de 1970. Todos os acontecimentos indicam que a decisão de continuar a crescer com grande endividamento externo, mesmo com a instabilidade econômica internacional por conta do primeiro choque do petróleo em 1973, levou à de fragilização da economia nacional. O governo, a fim de legitimar o golpe, fez escolhas que agravaram o quadro social do país e que levaram ao auge do processo de instabilidade financeira na ocasião do segundo choque do petróleo, momento que o Brasil mergulha em uma grave crise que caracteriza fortemente a década de 1980.

Palavras-chave: instabilidade financeira, Minsky, Brasil, ciclo econômico.

ABSTRACT: The 1970's were a period of great transformations in Brazil and in the world, so to understand the trajectory that the country's economy followed it is important to acknowledge the events of epoch that preceded it. This paper was developed from the Hyman Minsk's theory and the contribution of other authors as Keynes and Schumpeter and it's purpose is to understand how the process of financial instability occurred in Brazil. From this theoretical framework, an analysis was made of the Brazilian economy in the period, checking the antecedents, the military coup of 1964, the PAEG, the basis of the economic miracle and the process of financial instability in Brazil that marked the 1970's. All events indicate that the decision to continue to grow sustained by a large external debt amid international economic instability, due to the first oil shock in 1973, resulted in the weakening of the national economy. The government, to legitimate and sustain the coup, made choices that aggravated the social framework of the country and resulted at the peak of financial instability at the second oil shock when Brazil plunges into a serious crisis that strongly marked the 1980's.

Keywords: financial instability, Minsky, Brazil, economic cycle.

I – INTRODUÇÃO

A análise da história econômica do Brasil é extremamente útil para compreender os eventos ocorridos no passado e suas consequências para a evolução da economia.

A década de 1970 foi um período de grande instabilidade internacional devido às duas crises do petróleo ocorridas em 1973 e 1979, respectivamente. Por isso há uma vasta bibliografia com objetivo de compreender o contexto das transformações ocorridas nesse momento da história econômica brasileira, os antecedentes, as políticas econômicas adotadas bem como as suas consequências.

Mas, para falar da década de 1970, faz-se necessário buscar acontecimentos precedentes que influenciaram em certa medida o período, como: o golpe militar, as reformas do Plano de Ação do Governo (PAEG) e o “milagre” brasileiro no final dos anos 1960 para, finalmente, analisar o processo de instabilidade financeira no qual o país se envolveu.

Este trabalho tem o objetivo de compreender essa trajetória, à luz da Hipótese da Instabilidade Financeira de Hyman Minsky, partindo inicialmente da verificação dos antecedentes que influenciaram a economia da época.

Na primeira seção do trabalho é exposta a contribuição de Keynes e Schumpeter para o funcionamento dos ciclos econômicos e também a Hipótese Minskyana de instabilidade financeira. Após a apresentação das ideias que vão nortear a análise, é feita a discussão principal sobre o período escolhido da economia brasileira na segunda parte.

Por fim, são apresentadas as considerações finais do trabalho que discutem as consequências das medidas tomadas na época para os períodos posteriores no âmbito econômico e social do país.

1- Contribuição Teórica de Keynes, Schumpeter e Minsky para o entendimento dos Ciclos Econômicos e a Instabilidade Financeira¹

Para fundamentar a análise da economia brasileira, é feita uma discussão anterior sobre as teorias e contribuições de Keynes e Schumpeter para os ciclos

¹ As teorias de Schumpeter e Keynes são apresentadas de maneira simplificada, já que não é objetivo deste trabalho aprofundar nas diferenças entre as visões dos autores e sim verificar em que medida a teoria Keynesiana influenciou Minsky e como a teoria Schumpeteriana é útil para compreender esse momento da economia brasileira.

econômicos, bem como os pontos de convergência e divergência dos autores e em que medida essa discussão pode ser útil para nossa análise.

A primeira teoria a ser abordada é a de Keynes e foi escolhida devido à importância que teve para a formulação da Hipótese da Instabilidade Financeira, uma vez que Hyman Minsky parte das proposições da teoria Keynesiana para elaborá-la.

Em seguida é feita uma breve discussão acerca da visão schumpeteriana de ciclo econômico que vai ser de grande valia para a apuração das consequências dos acontecimentos da época estudada.

Após essas introduções às teorias de Keynes e Schumpeter resta descrever a teoria de Minsky para adequá-la ao contexto brasileiro de fragilização econômica pela forma como foi financiado o crescimento.

1.1 - Ciclo Econômico em Keynes e Schumpeter

De acordo com Keynes (1983), as flutuações são inerentes ao capitalismo e o que gera a instabilidade do sistema é a incerteza do retorno dos investimentos. Ele trata a instabilidade de duas formas: a partir da natureza instável das decisões de investimento que estão sujeitas às variações e também a partir das crises capitalistas, que, por sua vez, estão subordinadas aos ciclos econômicos.

Portanto, mediante as flutuações de confiança, às quais a economia está sujeita, ele percebe outras funções da moeda, além de meio de troca, como também reserva de valor, ou seja, um ativo.

O "caráter essencial", segundo o autor, o determinante da periodicidade e recorrência do ciclo é a flutuação da eficiência marginal do capital, pois suas oscilações podem afetar os níveis de investimentos, que, se não forem acompanhados por uma variação proporcional no consumo, prejudica os níveis de emprego.

Se a eficiência marginal de capital é um fator preponderante para a compreensão dos ciclos, é importante perceber que ela é influenciada pelas "expectativas correntes relativas ao futuro rendimento dos bens de capital" (Keynes, 1983), ainda que essas expectativas não tenham bases sólidas e confiáveis.

Desse modo, são os elementos que influenciam a retomada da eficiência marginal do capital que determinam o tempo de duração dos ciclos.

Na fase de expansão, a alta na taxa de juros é capaz de interromper o seu auge, já que desestimula aos investimentos. Esse efeito da taxa de juros sobre as diferentes fases do ciclo pode levar a equívocos, de acordo com Keynes (1983), como pensar que a depressão só pode ser evitada a partir da "abstenção deste sobreinvestimento" no auge da expansão, entretanto, o que deve ser feito é tomar medidas enérgicas visando estimular o consumo e manter o momento de auge da expansão.

Nas crises, há uma súbita passagem de uma fase ascendente para uma fase descendente com um colapso da eficiência marginal do capital, que, por sua vez, intensifica a atmosfera de incerteza levando a um aumento da preferência pela liquidez.

A incerteza é um elemento muito importante para entender essa passagem abrupta de um período de expansão a outro de retração, pois é a partir dela que se forma o ambiente favorável à retração de investimentos.

O problema do subemprego da fase de retração é derivado do subconsumo, uma vez que toda renda é obtida por um gasto precedente. Uma baixa propensão a consumir pode ter relação com a forma que a riqueza é distribuída na sociedade em questão, já que o nível de renda dos indivíduos tem tendência a ser inversamente proporcional à propensão a consumir.

Enquanto Keynes faz uma análise do ciclo econômico a partir da influência da demanda efetiva e dos investimentos, Schumpeter faz uma análise partindo de uma ótica diferente: as inovações. Porém, a principal convergência dos autores quanto ao ciclo econômico é que este é impulsionado por fatores endógenos ao sistema capitalista.

O ciclo em Schumpeter é discutido em um sistema fechado, constante e com tendência ao equilíbrio que ele denomina na sua Teoria do Desenvolvimento Econômico (TDE) como fluxo circular.

O desenvolvimento consiste no rompimento desse ambiente estável, segundo Schumpeter (1982), pela:

- 1) Introdução de um novo bem — ou seja, um bem com que os consumidores ainda não estiverem familiarizados — ou de uma nova qualidade de um bem. 2) Introdução de um novo método de produção, ou seja, um método que ainda não tenha sido testado pela experiência no ramo próprio da indústria de transformação, que de modo algum precisa ser baseada numa descoberta cientificamente nova, e pode consistir também em nova maneira de manejar comercialmente uma mercadoria. 3) Abertura de um novo mercado, ou seja, de um mercado

em que o ramo particular da indústria de transformação do país em questão não tenha ainda entrado, quer esse mercado tenha existido antes, quer não. 4) Conquista de uma nova fonte de oferta de matérias-primas ou de bens semimanufaturados, mais uma vez independentemente do fato de que essa fonte já existia ou teve que ser criada. 5) Estabelecimento de uma nova organização de qualquer indústria, como a criação de uma posição de monopólio (por exemplo, pela trustificação) ou a fragmentação de uma posição de monopólio.

Esses elementos citados e descritos por Schumpeter, capazes de romper o fluxo circular, são úteis para o desenvolvimento na medida em que promovem uma mudança qualitativa no sistema.

Quando uma inovação é introduzida, ela dá origem ao boom que é caracterizado pelo aumento dos investimentos e alta nos preços, então a inovação chega ao mercado concorrendo com os produtos antigos até que ela é disseminada e passa a ser oferecida por um número crescente de ofertantes.

Com isso, os preços tendem a cair, criando gradativamente um processo deflacionário devido à exaustão da inovação, que, por sua vez, leva à crise e finalmente à depressão, caracterizada por ser uma fase estacionária em que não há desenvolvimento.

Um dos conceitos mais importantes que Schumpeter depreende desse processo de ciclo e desenvolvimento é o de destruição criadora, que consiste na destruição, por parte da introdução da inovação no mercado, do modelo de produção ou das características e produtos antigos, estabelecendo uma nova lógica. “Este processo de destruição criadora é básico para se entender o capitalismo. É dele que se constitui o capitalismo e a ele deve se adaptar toda a empresa capitalista para sobreviver” (SCHUMPETER, 1961)

O ciclo Schumpeteriano, exposto de maneira bastante resumida aqui, ainda que seja em certa medida destoante do ciclo Keynesiano, é útil para o contexto da análise da economia da década de 1970, principalmente no que se refere às inovações da época no contexto internacional de tecnologia e como o Brasil respondeu a elas.

Porém, para o entendimento da dinâmica da economia brasileira e das medidas adotadas no período, a teoria de ciclo de Keynes é mais presente e explica melhor, pois é a partir dela que Minsky fundamenta a sua Hipótese da instabilidade Financeira.

1.2- A Hipótese da instabilidade Financeira de Minsky e Ciclo Econômico

A partir das contribuições de Keynes em sua Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda, Minsky desenvolve seus trabalhos sobre a hipótese da instabilidade financeira onde mostra que o investimento, elemento importante do processo de crescimento das economias capitalistas, está condicionado aos mecanismos de financiamento, como os mercados financeiros. Assim, “Minsky buscou construir uma teoria com a mesma base e os mesmos conceitos-chave de Keynes, porém, com viés financeiro e institucional mais desenvolvido.” (GRANADO 2013)

O sistema financeiro possibilita que sejam antecipadas decisões de investimentos, ou seja, "a construção de uma carteira de ativos por uma unidade econômica é acompanhada pela formação de uma estrutura de endividamento". (TERRA et al., 2009)

Isso implica que, ao concretizar uma ação de financiamento, o tomador adquire um compromisso, uma obrigação de pagamento futuro independente do sucesso ou fracasso do investimento, enquanto que a possibilidade do tomador de cumprir suas obrigações está baseada somente em expectativas. Com isso as economias ficam vulneráveis à fragilidade financeira.

Através da ligação entre o setor financeiro e o setor produtivo, a relação entre a expectativa de lucros futuros e os compromissos financeiros contratados, Minsky faz uma classificação das posições dos tomadores de crédito em *hedge*, *especulativa* e *Ponzi*.

A postura *Hedge* é caracterizada por uma boa margem de segurança entre lucros e compromissos financeiros no presente e no futuro, de modo que uma possível alta nos juros não altera a capacidade de pagamento dos compromissos.

As posturas de natureza *especulativa* têm esse nome porque as unidades especulam que não haverá mais aumentos nos custos do crédito financeiro e detém uma margem de segurança bem menor, pois têm somente a capacidade de pagamento dos custos do capital no curto prazo, sendo necessário um refinanciamento das dívidas.

Já as unidades *Ponzi*, por sua vez, são casos extremos em que as receitas não conseguem cobrir, no curto prazo, nem os custos do capital contratado.

Desta forma a economia, concernente ao nível de instabilidade, pode ser avaliada de acordo com a predominância dessas estruturas e a mobilidade das unidades econômicas entre elas.

Na fase de expansão cria-se uma euforia, elevação das expectativas e “a especulação e situações com estruturas de passivo e os novos ativos financeiros levam a economia a um *boom* de investimento” diz Minsky (2010) baseando-se na teoria precedente de Keynes.

Neste cenário de otimismo, as instituições financeiras tendem a conceder crédito sem preocupação com as possibilidades dos devedores de honrar seus compromissos devido à euforia do momento econômico. As unidades econômicas predominantemente de postura *hedge* tenderão para *especulativa* e, por fim, *ponzi* seguindo uma fragilização crescente da economia.

Para entender como as unidades passam gradativamente de uma postura *hedge* para posturas especulativas é necessário entender também as fases do ciclo econômico de Keynes à luz da teoria da instabilidade financeira.

Isso acontece porque, durante a fase de euforia, existe uma tendência à queda na preferência pela liquidez, o setor financeiro considera a possibilidade de concessão de mais crédito devido ao aumento dos lucros e o consequente aumento das expectativas futuras e isto, por sua vez, conduz a explosão de investimento que foi dita.

A consequência disso é o aumento do endividamento do setor produtivo da economia, que agrava os riscos dos negócios. Portanto, o sistema bancário é um fator desestabilizante, já que é a partir dele que a fragilidade econômica é fomentada.

Durante o boom o setor produtivo cria obrigações com o financeiro de tal modo que o fluxo de dinheiro necessário para cumpri-las é bem superior às receitas. Outro problema do boom é a tendência a uma elevação da taxa de juros com o objetivo de conter o rápido avanço da situação, um fator que explica como estruturas *hedge* tornam-se cada vez mais especulativas.

Uma vez aumentado os custos das obrigações das unidades econômicas, quebra-se as expectativas de rendimentos futuros de novos investimentos, reduz-se imediatamente o investimento que significa, em nível macroeconômico, uma diminuição dos lucros e consequente dificuldade de pagamento das dívidas.

Com isso a economia entra na fase de retração o que pode culminar no estabelecimento de estruturas majoritariamente *ponzi* e fica esclarecida qual a

importância da teoria da instabilidade financeira de Minsky para a explicação do surgimento das crises e dinâmica do ciclo econômico.

Embora a hipótese da instabilidade financeira fosse desenvolvida para um ambiente de economia fechada, ela pode ser usada no contexto do momento histórico escolhido, onde ela pode ser útil para descrever como o Brasil se envolveu na década de 1970 em um processo de instabilidade financeira, ou seja, já que não são exatamente os agentes privados que transformaram suas estruturas *hedge* para *ponzi*, mas sim o próprio Estado brasileiro pela forma como financiou seu crescimento levando em consideração o contexto político e internacional da época.

2 - A economia brasileira na década de 70 e sua relação com o processo de instabilidade financeira Miskyano

A análise desse período da economia brasileira é feita partir da instabilidade inerente à mecânica do capitalismo, que é o principal ponto de convergência da forma como os autores veem a ocorrência dos ciclos econômicos e também o desenvolvimento.

Primeiramente, o contexto histórico analisado é caracterizado por ditaduras militares em vários países da América Latina, entre eles o Brasil. Esta situação contribuiu para a configuração do estado da época e, consequentemente, da ideologia e da política econômica promovida por ele.

Portanto, para analisar melhor a presença de ciclos econômicos, é necessário revisitar alguns acontecimentos precedentes, como: o golpe militar, verificando as bases do período denominado “milagre brasileiro”.

Segundo VELOSO et al. (2008) há na literatura várias interpretações sobre os determinantes do "milagre brasileiro", não necessariamente excludentes entre si. Eles destacam os grupos de interpretações que enfatizam: as reformas do Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG), as políticas econômicas do período e o ambiente externo.

O primeiro grupo de interpretações enfatiza o papel do PAEG para o “milagre”, que foi um programa implementado entre 1964 e 1967 com inspirações ortodoxas que objetivava o controle da alta inflação da época com cortes de gastos do governo e aumento da taxa de juros, além de realizar reformas na estrutura financeira e tributária do país.

As reformas no âmbito financeiro deram a base institucional para um período de crescimento posterior e “um objetivo importante da reforma financeira foi criar um segmento privado de longo prazo no Brasil, através da criação dos bancos de investimento e estímulos ao mercado de capitais e, em particular, ao mercado de ações.” VELOSO et al.(2008).

Já as reformas no sistema tributário tiveram como consequência uma elevação real da receita do governo, porém, com as classes de baixa renda arcando com o ônus dessa maior arrecadação devido aos arrochos salariais que impediam à classe trabalhadora ter seu salário corrigido acima da inflação, isso ocorria porque os elaboradores do plano tinham a crença de que a situação inflacionária do país tinha suas causas ligadas ao excesso de demanda e só conseguiram efetivar políticas impopulares como essas, provavelmente, devido ao regime ditatorial em que o país vivia.

O segundo grupo de interpretações ressalta o papel da política econômica implementada no período do milagre, 1967-1973, marcada por um aumento na oferta de crédito canalizado principalmente para o setor privado bem como uma grande expansão monetária e aumento das exportações impulsionado por estímulos do governo.

As políticas econômicas adotadas nessa época são cruciais para a análise através da teoria da instabilidade financeira de Minsky e como o Brasil, paulatinamente, foi levado a um processo de fragilização tomando posições cada vez mais especulativas. Um dos fatos que torna essa época especial para o entrada no ciclo de fragilidade financeira é, segundo Bahry e Porcile (2004), o primeiro grande impulso do endividamento externo brasileiro.

Por fim, a última interpretação citada pelos autores dá enfoque ao ambiente externo favorável devido a uma forte expansão do volume de comércio internacional, baixas taxas de juros e farta disponibilidade de crédito no mercado externo. O aumento da liquidez internacional, impulsionado pelo mercado de eurodólares, permitiu ao Brasil aumentar seu endividamento a taxas de juros baixas da ordem de 2% a.a.

Esse endividamento - somado a um aumento do investimento externo direto no Brasil, além de um nível de preços interessante para a exportação de commodities - possibilitou a formação de uma conjuntura externa favorável que deu suporte ao milagre econômico.

A partir desse ambiente estável, de alto crescimento conjugado a taxas declinantes de inflação, como mostra a tabela 1, é que se desenrola o período do milagre

econômico brasileiro, onde a economia passa por um momento de euforia, mas a estabilidade engendra a instabilidade do sistema, conforme a teoria Minskyana.

Tabela 1: Crescimento do PIB e Inflação (1967-1973)

Ano	Crescimento do PIB (%)	Inflação IGP-DI (%)
1967	4,9	25,01
1968	11,4	25,49
1969	9,7	19,31
1970	8,8	19,26
1971	11,3	19,47
1972	12,1	15,72
1973	14,0	15,54

Fonte: Banco Mundial 2013 e IPEA 2014

O Brasil inicia a passagem de uma economia em postura *hedge* para assumir postura especulativa quando em 1973 contrata novos empréstimos e se torna vulnerável ao aumento das taxas de juros internacionais.

De acordo com Tavares e Assis (1986):

A natureza do financiamento era, em verdade, altamente instável e temerária. Embora contratadas a prazo de oito a dez anos, tratava-se em realidade de linhas de crédito renovadas continuamente com a repactuação da taxa de juros a cada seis meses tomando-se por base a taxa de crédito interbancário em vigor no euromercado no momento da repactuação ou a taxa *prime* dos bancos norte-americanos. Evidentemente, esse não era um esquema seguro de financiamento de projetos de longo prazo de maturação em especial quando os cruzeiros correspondentes ao crédito externo deviam ser pagos com receitas constituídas a partir de tarifas baixas, ou de preços administrados com margens baixas de rentabilidade por unidade de capital investido.

No mesmo ano, em um momento em que o país já estava em postura especulativa, acontece o primeiro choque do petróleo, que consistiu no aumento abrupto do preço do produto (mais que triplicou em pouco tempo) por parte de países árabes da OPEP em retaliação ao apoio dos Estados Unidos a Israel na guerra do Yom Kipur.

Com isso, para o Brasil, conforme Rezende Filho (1999):

O ‘choque do petróleo’ no final de 1973, além de implicar um empobrecimento do país (valorização das importações com relação às exportações), onerou-o duplamente, porque um aumento do consumo teria que ser sacrificado para que o investimento se mantivesse no nível anterior e o investimento teria que se elevar para que o nível de crescimento econômico fosse mantido.

Esse aumento súbito do preço do petróleo desencadeia uma crise internacional, porém, o governo brasileiro, acreditando ser uma crise conjuntural e passageira, lança o segundo Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) que vai caracterizar o período posterior ao milagre 1974-1976, que é quando acontece o segundo grande impulso da dívida, conforme Bahry e Porcile (2004).

O II PND tinha os objetivos hiperbólicos, como o de manter o ritmo de crescimento e concluir o processo de substituição de importações, diversificar a indústria de bens de capital e colocar, finalmente, o país em certo nível de independência e maturação industrial que permitisse participar do rol de países desenvolvidos. Entretanto, o plano esbarrava na capacidade do país de se financiar em uma conjuntura externa muito complicada logo após o choque do petróleo, ainda assim, o governo militar assume os riscos e continuou a financiar o crescimento através de endividamento externo.

No ano de 1976: “O governo, buscando o equilíbrio do balanço de pagamentos, passa a adotar políticas restritivas, que provocam queda imediata no ritmo industrial.” (Bahry e Porcile, 2004). Isso pode ser visto pela queda do crescimento do PIB pela metade em 1977, principalmente por conta do pequeno crescimento da indústria que em 1976 foi de 12% cai para 3% em 1977, conforme a tabela 2. Ainda de acordo com os autores, a dívida continua a aumentar em momentos posteriores devido ao acúmulo de reservas internacionais e ao custo da dívida, agravando a situação, quando se torna necessário a contratação de novos recursos a fim de refinanciar a dívida existente.

Apesar de ser difícil estabelecer datas exatas, a necessidade desse refinanciamento de dívidas é, provavelmente, um indicador da passagem de uma estrutura especulativa para ponzi.

Tabela 2: Crescimento do PIB e Crescimento da Indústria (1967-1973)

Ano	Crescimento do PIB (%)	Crescimento da Indústria (%)
1968	11,04	14
1969	9,7	12
1970	8,8	9
1971	11,3	12
1972	12,1	14
1973	14,0	17
1974	9,6	8
1975	5,2	5
1976	9,8	12
1977	4,6	3
1978	3,2	11
1979	6,8	7
1980	9,1	9
2981	-4,4	-9

Fonte: Banco Mundial 2013.

Em 1979, quando o mundo começa a se recuperar, acontece o segundo grande choque do petróleo. Com um novo aumento do preço do petróleo, muitos países desenvolvidos, credores do Brasil, começam a ter uma pressão inflacionária que levou ao aumento das taxas de juros internacionais. Isso dificultou muito a situação do Brasil que já era caracterizada como *ponzi*, portanto suscetível a grandes desequilíbrios em caso de novo aumento das taxas de juros.

Toda essa situação vai culminar numa grave recessão no início da década de 1980 que também vai ser conhecida mais tarde como década perdida, por conta da estagnação econômica e crises vividas nesse período não só pelo Brasil, mas por outros países da América Latina.

O processo de fragilidade econômica, que o Brasil se engajou na década de 1970, não permitiu o desenvolvimento completo da indústria bem como deixou o país de fora das inovações que surgiam na época.

Arend (2009) afirma que:

Pode-se fazer um paralelo entre a queda da produtividade da economia brasileira com seu não ingresso no novo paradigma tecnoeconômico que irrompeu na década de 1970 nas economias desenvolvidas. Entende-se que a década de 1970 foi um período de transição de um antigo paradigma, o metal-mecânico-químico, que já se encontrara em maturidade, para um novo paradigma, o microeletrônico.

Para a melhor compreensão dessa problemática, Schumpeter, apesar de um pouco distante das proposições da teoria de Keynes e Minsky, ajuda a esclarecer como se dá o processo de introdução de um novo “paradigma” no mercado.

A abordagem de Schumpeter difere das de Keynes e Minsky, mas também discute a questão dos ciclos econômicos e o faz a partir da sua Teoria do Desenvolvimento Econômico. A visão schumpeteriana de desenvolvimento é que este não é linear, mas sim cheio de contratempos provocados por fatos que desestabilizam a ordem vigente, então, é neste contexto que entra o papel das crises e ciclos econômicos para o desenvolvimento. Deste modo, é possível ver Schumpeter tem uma visão de ciclo dentro de um intervalo temporal de análise muito maior.

Segundo Araújo (2012):

Os efeitos da produção e propagação dessa inovação promovem a prosperidade do sistema (desenvolvimento/evolução). A crise e a depressão – especialmente essa última – representam o processo pelo qual a economia se ajusta às novas condições, tendendo a uma situação próxima ao equilíbrio, por meio do processo de recuperação [...].Essas fases são elementos que fazem parte da dinâmica intrínseca de evolução (ou desenvolvimento) do sistema capitalista, caracterizando, portanto, um sistema endogenamente instável que sofre modificações recorrentemente, uma vez que o

desenvolvimento/evolução da economia capitalista assume a forma de comportamento cíclico.

A principal convergência entre Minsky, Keynes e Schumpeter é o fato de considerarem a presença de uma instabilidade intrínseca ao capitalismo e partir disso é explicado, cada um a seu modo, a recorrência e a periodicidade das crises bem como suas causas, características e fases.

Adaptada ao caso brasileiro, a teoria de Schumpeter, principalmente no que se refere ao desenvolvimento econômico, mostra que a introdução da eletrônica como novo paradigma da economia mundial consistiu no processo de destruição criadora, em que os países que não conseguiram fazer parte do grupo que domina o mercado dessa inovação terminaram por ficar fadados à condição de país periférico. No Brasil, um dos fatores que corroboraram para essa situação foi a fragilidade financeira na qual o país se encontrava que dificultou a sua entrada no grupo de países desenvolvidos.

Considerações Finais

Todos os acontecimentos no âmbito econômico da economia brasileira do período estudado estavam subordinados à ordem política e ideológica estabelecida pelo regime militar ditatorial.

O regime fez todo empenho possível, buscando formas de construir a imagem de um país forte para a própria propaganda ideológica a fim de sustentar e legitimar o poder, para conseguir alcançar altos índices de crescimento, ainda que este não atingisse uma parcela significativa da população trabalhadora.

Com a máxima: “É preciso fazer o bolo crescer para depois dividi-lo”, o governo justifica a sua política de crescimento econômico, concentradora de riqueza, que dificultou o enfrentamento do primeiro choque do petróleo em 1973, uma vez que o crescimento não aliado à distribuição de renda pode não ter dado o impacto positivo na demanda efetiva para dar autossustentação ao mercado interno em meio à crise internacional.

O Estado, além de optar por uma política econômica que agravou o quadro de desigualdade social brasileiro, optou também pela continuidade dos investimentos com o endividamento externo e lançou o II PND mesmo com a crise do petróleo para manter a imagem de um Brasil potência associando-a ao governo militar.

A teoria de Minsky se mostrou adequada para explicar como a fase de euforia pelo crescimento durante o “milagre brasileiro” foi importante para um aumento do endividamento do país em meio aos desequilíbrios do mercado internacional culminando em um engajamento em estruturas cada vez mais especulativas, se tornando mais vulnerável.

É nesse contexto político que o país se envolve no processo de instabilidade financeira, que tem seu auge no fim da década de 1970, próximo ao segundo choque do petróleo. Este último acontecimento, não permite ao Brasil desenvolver a sua indústria a fim de garantir seu lugar ao lado dos países desenvolvidos e ainda deixa uma situação preocupante de desigualdade social e econômica difícil de ser solucionada com a economia fragilizada na década de 1980.

Referências Bibliográficas

ARAUJO, Joelma Batista de. Inovação e Ciclos Econômicos em Schumpeter e Minsky. 2012. Dissertação (Mestrado em Economia Aplicada) – Faculdade de Economia Administração e Contabilidade, UFAL, Maceió: 2012.

AREND, Marcelo. 50 Anos de Industrialização do Brasil (1955-2005): Uma Análise Evolucionária. Porto Alegre: UFRGS, 2009. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Economia, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre: 2009.

BAHRY, Thaiza Regina; PORCILE, Gabriel. Os Ciclos de Endividamento da Economia Brasileira no Período 1968-1999. Revista Economia Contemporânea, v. 8, n. 1, jan./jun.2004.

BANCO MUNDIAL, Crecimiento del PIB (% anual), 2013. Disponível em <http://databank.bancomundial.org/data/views/reports/tableview.aspx?isshared=true&ispopular=country&pid=4> . Acesso em 7 de fevereiro de 2014.

GRANADO, Camila Delai Zani. Keynes e a Teoria da Instabilidade Financeira de Minsky. Boletim Informações da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, São Paulo: n.389, fev 2013.

IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. IGP-DI, 2014. Disponível em <http://www.ipeadata.gov.br/> . Acesso em 7 de fevereiro de 2014.

KEYNES, John Maynard. A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda; Inflação e Deflação. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

MINSKY, Hyman Philip. Estabilizando uma Economia Instável. São Paulo: Novo Século, 2010.

REZENDE FILHO, C. B. Economia Brasileira Contemporânea. São Paulo: Contexto, 1999.

SCHUMPETER, Joseph Alois. Teoria do Desenvolvimento Econômico: Uma Investigação Sobre Lucros, Capital, Crédito, Juro e o Ciclo Econômico. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

SCHUMPETER, Joseph Alois. Capitalismo, Socialismo e Democracia. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

TAVARES, Maria da Conceição; ASIS, José Carlos de. O Grande Salto Para o Caos, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1986.

TERRA, F. H. B.; FERRARI FILHO, F. CONCEIÇÃO, O. A. C. A Hipótese Minskyana de Fragilidade Financeira Aplicada ao Setor Público: Uma Análise para a Economia Brasileira no Período 2000-2008. XIV Prêmio Tesouro Nacional. 2009. http://www3.tesouro.fazenda.gov.br/Premio_TN/XIVPremio/politica/2pfceXIVPTN/Monografia_Tema3_FABIO_HENRIQUE.PDF. Acesso em 24 de out. 2013

VELOSO, Fernando A.; VILLELA, André; GIAMBIAGI, Fabio. Determinantes do “Milagre” Econômico Brasileiro (1968-1973): Uma Análise Empírica. Rio de Janeiro: Revista Brasileira de Economia, v. 62 n. 2 / p. 221–24 Rio de Janeiro 6, Abr-Jun 2008